



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

PAUTA DA 5ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**09/06/2015
TERÇA-FEIRA
às 14 horas**

**Presidente: Senadora Simone Tebet
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota**



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

**5ª REUNIÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 09/06/2015.**

5ª REUNIÃO

Terça-feira, às 14 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	RVM 8/2015 - Não Terminativo -		8
2	RVM 13/2015 - Não Terminativo -		10
3	RVM 14/2015 - Não Terminativo -		13
4	RVM 15/2015 - Não Terminativo -		15

2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

FINALIDADE	PÁGINA
Discutir a implantação das Casas da Mulher Brasileira no território nacional e avanços da Lei Maria da Penha e dificuldades na implantação de medidas destinadas à erradicação da violência	18

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CMCVM

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota

(38 titulares e 38 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Simone Tebet(PMDB)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3153/4754/4842/4844/3614	1 VAGO	
Rose de Freitas(PMDB)	ES (61) 3303-1156 e 1158	2 VAGO	
Sandra Braga(PMDB)	AM (61) 3303-6230/6227	3 VAGO	
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Angela Portela(PT)	RR (61) 3303.6103 / 6104 / 6105	1 Fátima Bezerra(PT)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Marta Suplicy(S/Partido)	SP (61) 3303-6510	2 Regina Sousa(PT)	PI (61) 3303-9049 e 9050
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
Lúcia Vânia(PSDB)	GO (61) 3303-2035/2844	1 VAGO	
VAGO		2 VAGO	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	1 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Magno Malta(PR)	ES (61) 3303-4161/5867	1 VAGO	
PP			
Ana Amélia	RS (61) 3303 6083	1 VAGO	
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB			
Conceição Sampaio(PP)	AM 3215-5515	1 Cristiane Brasil(PTB)	RJ 3215-5644
Dulce Miranda(PMDB)	TO 3215-5530	2 Josi Nunes(PMDB)	TO 3215-5950
Elcione Barbalho(PMDB)	PA 3215-5919	3 Raquel Muniz(PSC)	MG 3215-5444
Jéssica Sales(PMDB)	AC 3215-5952	4 Rosangela Gomes(PTB)	RJ 3215-5438
Jozí Rocha(PTB)	AP 3215-5309	5 Simone Morgado(PMDB)	PA 3215-5440
Júlia Marinho(PSC)	PA 3215-5707	6 Soraya Santos(PMDB)	RJ 3215-5352
VAGO		7 Delegado Edson Moreira(PTN)(7)	MG 3215-5933
Tia Eron(PTB)(11)	BA 3215-5618	8 VAGO	
Ezequiel Teixeira(SD)(2)	RJ 3215-5210	9 VAGO	
Professora Dorinha Seabra Rezende(DEM)	TO 3215-5432	10 VAGO	
Christiane de Souza Yared(PTN)(7)	PR 3215-5201	11 VAGO	
Iracema Portella(PP)(8)	PI 3215-5924	12 VAGO	
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB			
Clarissa Garotinho(PR)	RJ 3215-5714	1 José Rocha(PR)	BA 3215-5908
VAGO(12)		2 VAGO(12)	
Erika Kokay(PT)(4)	DF 3215-5203	3 VAGO	
Luizianne Lins(PT)(4)	CE 3215-5713	4 VAGO	
Moema Gramacho(PT)(4)	BA 3215-5576	5 VAGO	
Rogério Rosso(PSD)(5)	DF 3215-5283	6 VAGO	
Alice Portugal(PCdoB)(6)	BA 3215-5420	7 VAGO	
VAGO		8 VAGO	
PSDB, PSB, PPS, PV			
Bruna Furlan(PSDB)	SP 3215-5836	1 Arnaldo Jordy(PPS)	PA 3215-5506
Carmen Zanotto(PPS)	SC 3215-5240	2 VAGO	
Janete Capiberibe(PSB)	AP 3215-5209	3 VAGO	
Keiko Ota(PSB)	SP 3215-5523	4 VAGO	
VAGO(13)		5 VAGO	
Mariana Carvalho(PSDB)(10)	RO 3215-5508	6 VAGO	
PDT			
Flávia Moraes(9)	GO 3215-5738	1 VAGO	
PSOL			
Jean Wyllys	RJ 3215-5646	1 VAGO	

(1) Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

(2) Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.

- (3) Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
- (4) Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
- (5) Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
- (6) Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
- (7) Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- (8) Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- (9) Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
- (10) Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
- (11) A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- (12) Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
- (13) A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): GIGLIOLA ANSILIERO
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3504
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cocm@senado.leg.br



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 9 de junho de 2015
(terça-feira)
às 14h**

PAUTA
5ª Reunião

**COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CMCVM**

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet
VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota

1ª PARTE	Deliberativa
2ª PARTE	Audiência Pública
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

1ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 8, de 2015

Requer, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso XIII, e 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências, em cada região brasileira, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, para esclarecimentos e informações das autoridades públicas sobre as políticas públicas, as criadas e as já implementadas, de combate à violência contra a mulher em cada região, bem como sobre as dificuldades na condução dessas políticas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Textos da pauta:

[Texto inicial \(CMCVM\)](#)

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 13, de 2015

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM), para debater o PL 5.555/2013, com as autoridades que especifica.

Autoria: Deputada Tia Eron

Textos da pauta:

[Texto inicial \(CMCVM\)](#)

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 14, de 2015

Requer que a FENAPRF - Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal - seja incluída para participar da Audiência Pública aprovada na reunião ordinária do dia 28/04/15, conforme Requerimento nº 10/15.

Autoria: Deputada Keiko Ota

Textos da pauta:

[Texto inicial \(CMCVM\)](#)

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 15, de 2015

Requer, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, a ser realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, para debater as políticas públicas de combate à violência contra a mulher naquele estado.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Textos da pauta:[Texto inicial](#) (CMCVM)

2ª PARTE

Audiência Pública

Assunto / Finalidade:

Discutir a implantação das Casas da Mulher Brasileira no território nacional e avanços da Lei Maria da Penha e dificuldades na implantação de medidas destinadas à erradicação da violência

Convidados:**Aparecida Gonçalves**

- Secretária de Enfrentamento à Violência da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Thiago Pierobom de Ávila

- Coordenador do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Ana Cristina Melo Santiago

- Delegada Chefe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal

Lúcia Helena Rincón Afonso

- Coordenadora Nacional da União Brasileira de Mulheres

Antonia de Jesus Angulo Tuesta

- Professora da Universidade de Brasília

1ª PARTE - DELIBERATIVA

1

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso XIII, e 142, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligências, em cada região brasileira, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, para esclarecimentos e informações das autoridades públicas sobre as políticas públicas, as criadas e as já implementadas, de combate à violência contra a mulher em cada região, bem como sobre as dificuldades na condução dessas políticas.

Sugiro que para as referidas diligências sejam realizadas nas seguintes regiões:

1. Uma na Região Sul;
2. Duas na Região Nordeste;
3. Uma na Região Centro-Oeste;
4. Uma na Região Norte, na cidade de Manaus; e
5. Uma na Região Sudeste.

JUSTIFICAÇÃO

Os mais de oito anos desde a promulgação da Lei Maria da Penha permitiram notável avanço no combate à violência contra a mulher. Contudo, tal problema ainda continua e requer vigilância permanente.

Em todas as regiões brasileiras, apenas nos primeiros seis meses de 2014, foram registradas milhares de ocorrências de violência contra a mulher.

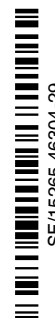
Dessa forma, impõe-se a esta Comissão o dever de verificar o que vem sendo feito, em cada região brasileira, para combater essa intolerável violência contra a mulher.

Assim, entendo adequada a realização de diligências para ouvir agentes dos estados que auxiliará esta Comissão a melhor compreender o real estado de violência contra a mulher em cada região.

Por tais razões, peço o apoio dos nobres Pares ao Requerimento que ora apresento.

Sala das Sessões, março de 2015.

Senadora Vanessa Grazziotin
PCdoB/Amazonas



SF/15265.46304-29

1ª PARTE - DELIBERATIVA

2



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher
CMCVM****REQUERIMENTO Nº 13 , DE 2015.**
(Da Senhora Deputada Tia Eron)

Requer ao plenário o convite das seguintes autoridades a fim de que compareçam a esta Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, onde discorrerão sobre o PL 5.555/2013, a senhora ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, a senhora Juíza da Vara de Violência Contra a Mulher do Estado da Bahia, Dra. Márcia Nunes Lisboa, a senhora Promotora da Vara de Violência Contra a Mulher do Estado da Bahia, Dra. Sara Gama e a senhora Delegada de Polícia Civil do Estado da Bahia, Dra. Isabel Alice Jesus de Pinho.

Senhora Presidente,

É cediço que os meios de comunicação hodiernamente disseminaram-se espantosamente. De modo que uma informação publicada no recanto mais longínquo pode, em poucos instantes, propagar-se por todo o planeta. O que é um grande avanço tecnológico e de desenvolvimento pode tomar proporções igualmente danosas quando se trata do cometimento de crimes por meio tecnológicos, notadamente da internet e suas mídias ou redes sociais.

É justamente este o objeto do qual trata o PL nº 5.555/2013 que cria mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet ou em outros meios de propagação da informação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por mais que tenhamos elogios à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha – que representa um importante e indispensável marco nas políticas públicas de combate à violência física, psicológica, sexual e moral contra as mulheres em ambiente familiar. Tal norma, como todas as demais, precisam ser atualizadas para acompanhar os avanços e mudanças da sociedade.

Assim, é bem oportuna a proposição e nada mais adequado do que poder contar com a expertise de profissionais que militam diariamente nesta seara, de defesa dos direitos da mulher.

Portanto, temos a justa causa para ouvir o que pensam a senhora ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, a senhora Juíza da Vara de Violência Contra a Mulher do Estado da Bahia, a senhora Promotora da Vara de Violência Contra a Mulher do Estado da Bahia Sara Gama e a senhora delegada de Polícia Civil do Estado da Bahia Isabel Alice para que discorram sobre suas experiências no tocante a tão novel e inquietante matéria.

Pelo exposto, requesto a Vossa Excelência sejam convidadas as seguintes autoridades, a fim de que compareçam a esta Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, onde discorrerão sobre o PL 5.555/2013, a senhora ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, a senhora Juíza da Vara de Violência Contra a Mulher do Estado da Bahia, a senhora Promotora da Vara de Violência Contra a Mulher do Estado da Bahia Sara Gama e a senhora delegada de Polícia Civil do Estado da Bahia Isabel Alice.

Sala das Sessões, em de abril de 2015.


Deputada TIA ERON

PRB/BA



1ª PARTE - DELIBERATIVA

3



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Keiko Ota - PSB/SP

**COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA
A MULHER**

**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2015
(Da Sra. Keiko Ota)**

*Requer que seja incluído a FENAPRF -
Federação Nacional da Polícia Rodoviária
Federal para participar da Audiência
Pública aprovada na reunião ordinária do
dia 28/04/15, conforme requerimento nº
10/15.*

Senhora Presidente,

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, que seja incluído a FENAPRF – Federação Nacional da Polícia Rodoviária Federal para participar da Audiência Pública (Requerimento nº 10/15 aprovado nesta comissão em 28/04/15, de minha autoria), na qual será debatida a violência contra mulheres policiais no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão da referida Federação, baseia-se no fato de casos de assédios ocorridos também na Polícia Rodoviária Federal, onde certamente contribuirá muito para o debate do tema em questão.

Sala das Sessões, _____ de maio de 2015.

DEPUTADA KEIKO OTA
PSB/SP



1ª PARTE - DELIBERATIVA

4

REQUERIMENTO Nº , DE 2015.

À Senhora Presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher,

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública dessa Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, a ser realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, **para debater as políticas públicas de combate à violência contra a mulher naquele estado.**

JUSTIFICACÃO

A violência de gênero é uma herança da sociedade patriarcal e pode ser considerada como abuso da força. Há diferentes formas de violência sofridas pela mulher, como a física, a sexual e a psicológica ou ainda formas mais sutis, como a violência moral e patrimonial.

A gravidade e amplitude da violência contra as mulheres causam um forte impacto no cumprimento dos direitos humanos das mulheres no Brasil. O ciclo de violência doméstica contra as mulheres é em geral, um continuum que pode evoluir em um crescendo, culminando com a morte das mulheres agredidas. Os dados relativos a mortes violentas entre a população feminina podem estar desta forma, relacionados a práticas violentas, sexistas e misóginas no âmbito doméstico e familiar. A relação de causa e efeito entre violência doméstica e estatística de mortes violentas entre mulheres mereceria, assim, uma análise conjunta dos órgãos estaduais e municipais de enfrentamento da violência contra a mulher, a fim de inclusive de se poder incidir políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Em 2012, a taxa de homicídio para a população feminina era de 4,6 mortes para cada 100.000 mulheres; sendo que, entre as mulheres de 20 a 24 anos de idade, a taxa era de 8,1, conforme dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, de 2014.

De acordo com dados do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), o estado tem 15 mil processos judiciais relacionados à crimes contra a mulher e é o quinto estado do Brasil que apresenta os maiores casos de violência doméstica. Em 2014, uma mulher foi assassinada a cada três dias, vítimas em primeiro lugar de armas de fogo, em segundo de armas brancas e em terceiro, carbonizadas, segundo dados o consultor em gestão e políticas de segurança pública, Ivênio Hermes.



Considerando a urgência do tema e sem prejuízo de outros convidados a serem indicados pelos membros dessa Comissão, sugerimos convidar os seguintes representantes:

Maria Teresa Freire da Costa, Secretária Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres, RN;

Representante do Conselho Estadual de Direitos da Mulher, RN;

Cláudia Gazola, representante do Coletivo Leila Diniz e da Articulação das Mulheres Brasileiras;

Conceição Dantas, Coordenadora Estadual da Marcha Mundial das Mulheres.

Aparecida França, Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres.

Fátima Soares, juíza da 1ª Vara da Família da Zona Sul de Natal.

Sala da Comissão,

Senadora **Fátima Bezerra**

PT/RN



SF/15019.10765-96

2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

1